



Ainda Sobre a Amazônia

Osmar José de Barros Ribeiro

A matéria enfoca o pseudomassacre dos índios ianomâmis em agosto de 1993 e sua exploração pela imprensa e entidades indigenistas e defensoras dos direitos humanos.

Um dos mais lúcidos analistas políticos dos nossos dias, o jornalista Carlos Chagas, em crônica semanal publicada na revista *Manchete*,¹ escreveu: "Não será preciso reler o 'Pêndulo de Foucault', de Umberto Eco, para começar a acreditar na existência de um plano destinado a controlar os destinos do planeta, esotérico ou comercial. Paranóias à parte, é evidente que, no nosso caso, as engrenagens estão em marcha... Haverá necessidade de comentar recente visita feita ao Brasil pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, sugerindo, senão a dissolução ao menos a redução drástica de nossas Forças Armadas, agora que acabou a bipolaridade, que o muro de Berlim caiu e que não há mais comunistas para justificar sandices?... Além da soberania, agride-se o bom senso, a lógica e a natureza das coisas, não faltando nessa equação os inocentes úteis, os bobos e os malandros, sempre sequiosos de levar vantagem em tudo."

Na verdade, sempre que se alerta para o interesse estrangeiro sobre a Amazônia, interesse velho de séculos, não faltam aque-

les, principalmente pela imprensa, que buscam ridicularizar tal preocupação. Os que assim atuam, esquecem ou fingem esquecer fatos importantes da nossa História. Não há necessidade de buscar exemplos no tempo da Colônia ou do Império ou nas lutas empreendidas pelo Barão do Rio Branco para manter os estrangeiros longe da área. São dos nossos dias teses exdrúxulas como as de ocupá-la com os *nisei* filhos de norte-americanos com japoneses, após a 2ª Grande Guerra; nela colocar os excedentes populacionais de Porto Rico ou os refugiados árabes da Palestina. Mais recentemente, tivemos a proposta de criação do Grande Lago Amazônico, idéia gestada no Hudson Institute, além do retorno da tese da Internacionalização, desta feita defendida em Haia pelo Presidente francês François Mitterrand e seu então primeiro-ministro, Michel Rocard.

Isto para não falar de uma organização religiosa de caráter global, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) que, dispondo de uma vasta gama de recursos, vem influenciando de forma acentuada no Terceiro Mundo, orientando, de certa maneira, a própria

1. Edição de 14.8.93

conduta da ala católica dita "progressista" nos países em desenvolvimento. No Brasil, cabe ao antigo Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER), com suas publicações e organizações, total ou parcialmente apoiadas por ele,² ser o porta-voz do CMI.

Mas, qual a razão de aqui ser citada uma organização religiosa? Muito simples: desde a década de 70, o CMI vem lutando no sentido de criar, na área ocupada pelos índios ianomâmis e que abrange terras da Venezuela e do Brasil, uma "nação indígena" a qual, obviamente, não estaria sujeita ao Poder Nacional de um ou de outro dos referidos países. A ação do CMI é anterior à das Organizações Não Governamentais (ONGs) e, sem grande margem para dúvidas, as inspira em suas ações, juntamente com parcelas ponderáveis de governos e conglomerados econômicos estrangeiros.

Aqui, é de se perguntar: que poderosas razões teriam levado o Pentágono a financiar, ao custo de 7.7 milhões de dólares, pesquisa destinada a encontrar compostos químicos potencialmente úteis contra a malária e a esquistossomose?

A resposta, vamos encontrá-la na leitura do jornal *O Globo*, de 01.6.93: "A preocupação do Pentágono está relacionada ao fato de os EUA enviarem tropas para a região onde ocorrem as duas doenças..." Ainda segundo aquele jornal, dos 600 mil casos registrados no País, 98% ocorreram na Amazônia.

O segundo semestre de 1993 foi marcado, entre outras tragédias, pelo assassinato de um grupo de índios ianomâmis. O que se

viu então foi o desabar de uma tempestade de críticas e de ameaças sobre o nosso País. Algumas notícias, em ordem cronológica, darão uma noção melhor do desenrolar dos fatos, no que respeita ao tema "índios".

• **30 de julho de 1993:** "ONU planeja dar independência a tribos indígenas" (GL).

Trata-se de um texto escrito por cinco "peritos" (as aspas são justificadas pelo fato de os mesmos serem oriundos da Grécia, de Cuba, do Japão, da Nigéria e da Ucrânia, países os quais, conforme todos sabemos, possuem vastos contingentes indígenas em seus territórios), a partir do qual pretende-se "dar às comunidades indígenas do mundo inteiro o direito à autodeterminação".

Segundo a correspondente local do *O Globo*, o texto "é uma espécie de primeiro rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas que a ONU pretende aprovar nos próximos anos...".

• **15 de agosto de 1993:** Religiosa baseada num posto da Fundação Nacional de Saúde, na localidade de Xidéa/RR, foi procurada por um grupo de ianomâmis os quais, muito assustados, denunciavam o assassinato de companheiros seus por garimpeiros atuantes na região. No dia seguinte, em carta dirigida ao administrador do Distrito Sanitário Ianomâmi, a referida religiosa transmitia a denúncia e informava da existência de 14 mortos, todos indígenas.

• **17 de agosto de 1993:** Um delegado da Polícia Federal que investigava a morte de cinco índios em um ataque anterior feito

2. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) é um deles.

pelos garimpeiros, tomou conhecimento do fato pelo rádio do Posto onde se encontrava e voou para Xidéa. Ali, somando as mortes que apurava com os números apresentados pela freira, concluiu que teriam sido assassinados 19 índios e esse número ele transmitiu, via *fac-símile*, para a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Brasília. Três dias após, o número de mortes chegava a 30. Um sertanista, enviado ao local, após ouvir os ianomâmis, chegou à cifra de 70 e, pouco depois, de 120 mortos.

A grande verdade é que foi esse último número o transmitido para o exterior, muito embora não houvessem provas do alegado massacre. Por quem e com que objetivos, talvez conste do relatório do inquérito instaurado pela Polícia Federal, para apurar o acontecido e apontar os responsáveis. As conseqüências, contudo, não poderiam ter sido mais desagradáveis: nota do Secretário-Geral da ONU lamentando a chacina e editorial do *New York Time* criticando a impunidade quanto à matança de índios no Brasil.

Para ter-se uma idéia da forma pela qual aliou-se, ao sensacionalismo da imprensa a irresponsabilidade da FUNAI e das nossas autoridades no trato do problema, basta transcrever o contido em alguns jornais nos dias que se seguiram.

• **25 de agosto de 1993:** "PF não encontra provas da chacina".

O delegado da Polícia Federal responsável pelas investigações, a OAB/RR, o bispo Aldo Mobiano (conhecido defensor dos ianomâmis), têm dúvidas quanto à ocorrência de uma chacina. O antropólogo Bruce Albert, que vive com os índios há 20 anos, acredita que a FUNAI foi precipitada na

divulgação do número de mortos. Aparentemente, apenas a FUNAI, líderes indígenas e o procurador-geral da República não guardam dúvidas quanto à realização de um massacre.

O jornal *O Fluminense* no mesmo dia, publicou matéria sob o título "ONU pode enviar missão à Amazônia", bastante ilustrativa quanto ao interesse do governo francês (socialista, diga-se de passagem) em conseguir uma ação internacional naquela Região. Os principais trechos, são os seguintes:

"As Nações Unidas não descartam a possibilidade de uma iniciativa concreta na Amazônia, através do envio de uma missão de observadores na região onde ocorreu o massacre dos índios ianomâmis, segundo revelou ontem uma fonte diplomática do Quai D'Orsay, em Paris... O envio de observadores se situaria na área da defesa dos direitos humanos, uma das três missões principais da organização internacional. Essa missão poderia ser decidida pela própria Secretaria-Geral, desde que solicitada por alguns dos países-membros, mas também pelas organizações não-governamentais (ONG'S) reconhecidas pela ONU. O governo francês, até agora, não manifestou nenhum interesse em solicitar o envio de tal missão às Nações Unidas, evitando assim um desgaste político, preferindo que as ONGs assumam a paternidade da iniciativa. A mesma fonte considera também muito difícil a retomada da proposta do Presidente François Mitterrand e seu primeiro-ministro da época, Michel Rocard, de criar uma autoridade supranacional para a Amazônica.... Uma estrutura supranacional custaria muito caro e sua implantação, do ponto de vista jurídico, seria quase impossível....."

• **26 de agosto de 1993:** "Brasil evita cobrança da ONU por chacina".³ Os diplomatas brasileiros sediados em Genebra conseguiram abortar uma declaração da subcomissão de Direitos Humanos da ONU pedindo que o governo brasileiro prestasse contas sobre o massacre dos índios ianomâmis. Contudo, no plenário, houve "estrondoso protesto" das organizações de direitos humanos, num recinto lotado por representantes de governos e ativistas do mundo inteiro. Na ocasião, a Federação Internacional Terra dos Homens acusou os militares e políticos brasileiros de terem sido "fonte de inspiração" para o massacre dos índios, ao praticarem "um genocídio verbal" com o propósito de criar um clima antiíndio às vésperas da revisão da Constituição Brasileira. Em continuação, o presidente do Conselho Nacional dos Índios Americanos afirmou que o massacre é "mais um exemplo do racismo, violência e ódio que ameaçam os índios". No início da sessão, a relatora da 1ª versão da Declaração Universal do Direito do Índio defendeu o direito de autodeterminação dos povos indígenas.

Em Nova Iorque e em São Francisco, nos EUA, "dezenas de manifestantes fizeram uma vigília silenciosa... em protesto contra o massacre dos índios ianomâmis em Roraima" no dia 25 de agosto e, no dia seguinte, 50 entidades ecológicas e de direitos humanos, deveriam fazê-lo em frente à embaixada brasileira em Washington.

• **26 de agosto de 1993:** "Massacre pode ter ocorrido na Venezuela".⁴

Surgem indícios claros de que a morte dos índios pode ter ocorrido em território da Venezuela, cujo governo afirma desconhecer tal versão.

Nos EUA, o Subsecretário de Estado para assuntos interamericanos afirma esperar punição para os responsáveis pelo massacre dos ianomâmis, como forma de evitar a ocorrência de casos semelhantes. Isto, no dia 25 de agosto, mesma data em que o embaixador norte-americano distribuiu nota afirmando não haver, por parte dos EUA, intenção de internacionalizar ou de militarizar a região.

Da sucursal de Brasília vem a notícia de que "ninguém no governo garantia, até ontem de manhã, que tenha havido um massacre de índios ianomâmis em Roraima" e o próprio Ministro da Justiça, que na semana anterior garantia, em Boa Vista/RR, que "tinha certeza da chacina", passava a admitir a ocorrência de "vandalismo".

A imprensa tornou pública a reação do governo brasileiro⁵ contra o rascunho da Declaração Universal dos Direitos Indígenas. São desses diários, as frases entre aspas contidas no texto. A futura declaração contém, "segundo avaliação do Ministério das Relações Exteriores, diversas incoerências, entre elas a referência à autodeterminação dos povos indígenas. Do ponto de vista do governo, a tese fere a Constituição Brasileira, que não identifica os índios como povos, mas apenas como populações" (JB). A primeira versão à qual vimos nos referindo, "poderia levar os índios a reivindicar independência", posto que, "segundo o

3. O Globo

4. Folha de São Paulo

5. O Globo, de 26.8.93, e Jornal do Brasil, de 27.8.93

Art. 4º, têm o direito de manter e fortalecer suas características políticas, econômicas, sociais e culturais, além de ter seu próprio sistema legal"; assinala ainda, no Art. 26, "que os índios têm o direito de controlar totalmente suas terras e territórios (águas, ar, costa, flora, fauna e outros recursos); no Art. 32, "estabelece que os índios têm o direito de escolher sua própria cidadania" (GL).

Nos dias seguintes, vão sendo confirmados os indícios de que a morte dos índios ocorreu na Venezuela e o jornal *O Globo* acrescenta: "Se confirmado o relatório de Albert,⁶ a FUNAI terá que explicar porque índios foram apresentados como testemunhas se, na verdade, não viram a chacina".

• **01 de setembro de 1993:** *O Globo*, transcrevendo despacho da sua correspondente em Genebra, Suíça: "SOS Tortura pede o fim da impunidade no Brasil"; "O conflito social no Brasil está estourando e só há uma forma de evitar o pior: acabar com a impunidade, sobretudo da Polícia, disseram ontem em Genebra membros do SOS Tortura, a maior entidade internacional contra tortura, que representa 170 organizações de direitos humanos no mundo inteiro". A correspondente assevera que pela terceira vez, em 30 dias, "o Brasil entrou na 'central de alarme' do SOS Tortura por violação grave dos direitos humanos: chacina sistemática e organizada de pessoas. A primeira foi após o assassinato de oito meninos de rua na Candelária; a segunda, o massacre dos ianomâmis". A terceira vez foi por ocasião "da chacina de 21 pessoas na Favela de Vigário Geral".

Jornal do Brasil: "FUNAI sabia que Haximu ficava na Venezuela". "Câmara cobra explicações a Romero".

• **06 de setembro de 1993:** "Chacina de índios e gafe de autoridade em terra estranha".⁷

Vale a pena transcrever, embora parcialmente, o texto da notícia:

"Há 15 dias a FUNAI anunciou ao mundo o assassinato de 73 índios ianomâmis, por garimpeiros, na aldeia de Haximu, que estaria situada em Roraima. O comando de Operações Táticas da Polícia Federal... concluiu, no início da semana, que os índios mortos eram 16 e que o conflito ocorrera a 11 quilômetros da fronteira brasileira, em território venezuelano (para o qual se haviam deslocado, apressados e sem desconfiar da gafe, o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o Procurador-geral da República, Aristides Junqueira). ... Quarta-feira, Cláudio Romero, naquele dia ainda presidente da FUNAI, tentou explicar na Câmara dos Deputados a razão de sua precipitação no anúncio da chacina, mas não convenceu".

É bem provável que o trato de um assunto tão comentado, qual seja o da existência de interesses estrangeiros na Amazônia, já tenha cansado a maioria, se não a totalidade dos leitores. Contudo, hoje, a ele deve ser acrescentado um novo enfoque: a utilização de ativistas indígenas fazendo coro com conhecidas ONG's, buscando, sob os mais variados pretextos, a inserção de cunhas étnicas no nosso território, particularmente aquele situado no norte do Rio Amazonas, o que seria inviabilizado

6. Trata-se do antropólogo Bruce Albert, segundo o qual a aldeia onde ocorreram as mortes fica na Venezuela.

7. *Jornal do Brasil*.

pela concretização, em todos os aspectos, do Projeto Calha Norte. Porém, a atenção dos brasileiros não pode deter-se aí: há que estarmos atentos para os termos de uma futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas a qual, se não for profundamente modificada, poderá abrir o caminho a uma intervenção externa destinada a assegurar "a autodeterminação e a soberania das nações indígenas". E em que medida não estaria a própria FUNAI envolvida em tal problema? Ainda, dos textos transcritos, sobreleva o apoio do atual governo francês, mesmo que por formas indiretas, a uma intervenção na Amazônia. Tal apoio faz soar um sinal de alarme: tradicionalmente, a ação da França tem sido exercida na África e não na América Latina, de longa data área de influência norte-americana.

Além de mais, qual a razão desta preocupação com o Brasil, partilhada tanto por governos estrangeiros quanto por ONG's quando a mesma poderia ser dirigida, com muito mais razão, para o que acontece no Sudão, por exemplo? Quem ainda fala na Somália? Quem pensou em pedir a intervenção da ONU nos EUA quando, para desalojar fanáticos religiosos entrincheirados em uma fazenda, o FBI empregou carros de combate e munição incendiária, com trágico saldo de 80 mortos, em boa parte mulheres e crianças? E o massacre que vem tendo lugar na Bósnia-Herzegovina, malgrado a presença de forças da ONU? Realmente, é bem mais fácil flexionar os músculos invadindo Granada ou o Panamá."



Tel-Cel Inf. (R1) OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO. Pertence à Turma Aspirante Mega (Fev 55). Possui os seguintes cursos: Guerra Química (EsIE, 1957); EsAO (1964); ECEME(1969); EsNI (Curso A, 1974); ESG (CAEPE, 1988). Foi Auxiliar de Instrutor no Curso de Infantaria (AMAN), Instrutor no NPOR/3º RI e Comandante do Curso Básico/AMAN. Serviu na Força Interamericana de Paz, em São Domingos, como Comandante de Companhia.